

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 2 agosto 1981

*A formação dos
profissionais de arquivo*

*Construção de prédios
de arquivo*



s. 70369 Clas. PER
quivo & Administração
n.2
o/ago.1981



Prédios a serem demolidos para o
alargamento da Rua Uruguaiana.
Foto Augusto Malta, 11 abr. 1907.



Na noite de 27 de maio de 1981, recebemos oficialmente, numa cerimônia repleta de carinho e emoção, o encargo de dirigir os destinos da AAB ao longo do biênio 1981-83. Foi com grande alegria que ouvimos as palavras da arquivista Regina Alves Vieira, em seu discurso de despedida, e recebemos as manifestações de apoio dos colegas que lá compareceram, em especial do prof. José Pedro Esposel que presidiu a solenidade.

Diante das várias manifestações recebidas, não apenas de companheiros da área arquivística, mas também de profissionais de diversos campos afins, e de personalidades de diferentes níveis da administração pública e privada, cumpre-nos expressar nossa confiança em que não estaremos sozinhos nesta missão.

A AAB, este ano, comemora 10 anos de sua fundação. É tempo de amadurecer e solidificar todas as vitórias até aqui alcançadas. Nesse sentido estamos preparando uma programação condigna para as comemorações desta 1.^a década de realizações. Trata-se de comemorar, não apenas o Dia do Arquivista, mas uma Semana do Arquivista, onde teremos a oportunidade de realizar um ciclo de palestras e debates sobre as grandes questões da Arquivologia contemporânea o qual deverá se constituir numa prévia do 5.^o Congresso Brasileiro de Arquivologia. Para marcar a data, os alunos do Curso de Artes e Comunicação Visual, da Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação do prof. Carlos Duarte, elaboraram um cartaz alusivo ao evento. Estamos organizando também um leilão de obras de arte, cuja realização terá como objetivo o levantamento de recursos para a aquisição de uma sede própria para a nossa Associação. Vários artistas plásticos de renome já nos enviaram trabalhos, acorrendo à primeira solicitação, sensibilizados pela nossa causa em defesa da Arquivística no Brasil e, conseqüentemente, da preservação da memória social da nação.

Acreditamos que as atividades do 10.^o aniversário deverão dar ensejo à ampliação da AAB, com a inclusão de novos sócios em seu quadro, além de desencadear um processo de maior intercomunicação, já que pretendemos enfatizar as atividades culturais e sociais da nossa entidade.

Esse tempo de festividades deverá ser também momento de luta no sentido de ativar a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, passo fundamental para a profissionalização do arquivista brasileiro.

Lia Temporal Malcher

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Santos
Maria Luiza S. Dannemann
Marilena Leite Paes

Redatora-Chefe

Maria Amélia Gomes Leite

Secretária

Maria Odila Kahl Fonseca

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linolivre S/C Composições Gráficas

Impressão

Portinho Cavalcanti Editora Ltda.

Editorial 1**Estudos**

A Formação dos Profissionais
de Arquivo 3
A Memória Atual: Instrumento
de Ação Social 5
Pequeno Ensaio sobre as
Possibilidades de Aplicação
do Planejamento Estratégico à
Administração Pública Brasileira 9
Resenha Bibliográfica
Construção de Prédios de Arquivos:
Bibliografia 12
Entrevista 14
Informe 18
Desburocratização
A Burocracia e o Ombudsman 34
Desconcentrar, Descentralizar
e Desburocratizar 35
Os Caminhos da Desburocratização 36
Várias
Coisa de Gente Ignorante? 39
Catalogada e Abandonada Memória
de uma Cidade 40
Nas Moedas, a História do Homem 42
O CIA e o Arquivista 44
Religião, Arte e História
na Cidade-Monumento 46
Crônica
Patrimônio Órfão 48

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS****Diretoria 1981-83****Presidente:**

Lia Temporal Malcher

Vice-Presidente:

Afonso Carlos Marques
dos Santos

1º Secretário:

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário:

Jaime Antunes da Silva

1º Tesoureiro:

Junia Gomes da Costa
Guimarães e Silva

2º Tesoureiro:

Lúcia Maria de Oliveira

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
Janine Resnikoff Diamante
Maria Luiza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima

Suplentes

Hélio dos Santos
Jaime Antunes da Silva
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves
Maura Esândola Quinhões
Paulo de Tarso R. D. Paes Leme

Conselho Fiscal

Fernando Salinas
Maria de Lourdes da Costa
e Souza
Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira
de Almeida
Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para**Arquivo & Administração**

Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Esta publicação está sendo
subvencionada pelo Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico — CNPq.

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-Sócios Cr\$ 200,00

Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 80,00

Distribuição: AAB

Deseamos permuta

Nous désirons échange

We are interest in exchange

R. 70369

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 2	p. 1-48	maio/ago. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUIVO*

Marilena Leite Paes**

Resumo

Análise crítica sobre o ensino da Arquivologia no Brasil a nível de 2.º e 3.º graus.

Já há algum tempo os meios de comunicação, especialmente os jornais, a televisão e até mesmo alguns periódicos de grande circulação, vêm dedicando apreciável parcela de seu espaço aos assuntos relacionados com a *memória nacional*, expressão pomposa que obteve a aceitação não apenas de pesquisadores, estudiosos e intelectuais, como também da população em geral.

Logo surgiram adjetivações tais como memória musical, memória do teatro, memória do cinema, etc. para designar os mais variados gêneros documentais, incluindo-se desde papéis, livros, partituras musicais, peças literárias, fotografias, filmes, discos, fitas magnéticas e objetos, até monumentos e lugares históricos.

Em decorrência desse interesse, vêm sendo criados programas especiais (Promemus, Projeto Memória), assinados convênios, promovidos seminários e atividades similares, fazendo-se crer num súbito despertar de nacionalidade, de valorização do passado e de busca de nossas raízes. Entretanto, se examinarmos em profundidade o fenômeno *memória nacional*, verificaremos, sem surpresa,

que apesar de uma maior conscientização quanto as nossas tradições e bens culturais, não só por parte das autoridades e pesquisadores, como também de toda a comunidade, muito pouco se tem feito para salvar e preservar, de fato e de direito, os repositórios dessa memória.

Nossos arquivos, bibliotecas e museus sobrevivem graças à dedicação de seus poucos colaboradores.

Face às peculiaridades de seus acervos, são os arquivos, entretanto, os que mais carecem da atenção de todos. Mais que atenção, carecem de recursos financeiros suficientes para dotá-los de instalações e equipamentos que garantam a salvaguarda dos documentos e, acima de tudo, de recursos humanos, em quantidade e qualidade suficientes para dar à documentação acumulada nos ricos acervos brasileiros tratamento adequado, a fim de que possam ser devidamente utilizados como fonte primária da informação.

Nesse ponto, entramos no âmago da problemática arquivística de nosso país: a formação de profissionais de arquivo.

As falhas da educação no Brasil, sobejamente conhecidas de todos, tais como ineficiência dos cursos de graduação, proliferação de cursos de pós-graduação em algumas áreas e carência em outras, ausência de cursos profissionalizantes condizentes com as necessidades do mercado de trabalho, qualidade de ensino discutível, gratuidade do ensino universitário, etc., juntam-se aquelas que atingem dire-

tamente os profissionais de arquivo.

A história dos cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal de arquivo tem início com a criação, pelo Decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922, dos cursos técnicos, destinados a habilitar os candidatos aos cargos de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, bem como ao de terceiro oficial do Museu Histórico Nacional, muito embora datem de 1911 as primeiras referências conhecidas sobre cursos especializados do Arquivo Nacional, quando, pelo Decreto n.º 9.197, de 9 de fevereiro, se instituiu o Curso de Diplomática.

Em 1930, Alcides Bezerra, erudito de extraordinária visão histórica, Diretor do Arquivo Nacional e responsável pela assinatura do Decreto n.º 15.596, visando dotar o órgão de um corpo de competentes arquivistas, propôs que os cursos fossem incorporados à Universidade do Rio de Janeiro, então em face de projeto.

Em 1932, sugeriu a criação autônoma do curso técnico de arquivo, uma vez que a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico haviam criado cursos próprios e independentes. Alcides Bezerra entendia que jamais se devia perder de vista "o caráter superior do curso técnico, que pressupõe nos candidatos conhecimentos de várias matérias do curso de humanidades".

A despeito das inúmeras lutas que travou para alcançar tais objetivos, seus esforços restaram inúteis, embora o Arquivo Nacional

* Extraído de Arquivo: B. Hist. e Inf., São Paulo, 2(1):5-11, jan./abr. 1981.

** Chefe do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas.

mantivesse cursos episódicos de especialização.

Após longo período de estagnação, por ocasião da reforma regimental de 1958, passam os cursos de especialização do Arquivo Nacional a funcionar em caráter regular.

Porém, somente a partir de 1960, os cursos começam a ser realizados sob a denominação de Curso Permanente de Arquivo, com duração de dois anos.

Por intermédio do Parecer n.º 212, de 7 de março de 1972, do Conselho Federal de Educação, que autorizou a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior, e consoante acordo firmado, em 25 de outubro de 1973, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Curso Permanente de Arquivo passou a funcionar, a partir de 1974, com mandato universitário.

Em março de 1977, o curso foi absorvido pela Fefierj, hoje denominada Uni-Rio, obedecendo ao currículo mínimo aprovado em Resolução de 7 de março de 1974, pelo Conselho Federal de Educação.

Atualmente, além da Uni-Rio, a Universidade Federal de Santa Maria, RS, e a Universidade Federal Fluminense vêm ministrando regularmente cursos de Arquivologia.

Paralelamente, outros estabelecimentos de ensino estudam a inclusão desses cursos em sua programação.

Pelo exposto, podemos concluir que, quanto ao aspecto quantitativo, parece não haver motivo para maiores preocupações, pelo menos no tocante aos cursos de nível superior, o mesmo não ocorrendo, porém, em relação aos cursos de 2.º grau, igualmente previstos na legislação que regulamentou as profissões de arquivista e de técnico de arquivo (Lei n.º 6.546, de 4-7-78 e Decreto n.º 82.590, de 6-11-78).

Embora o Conselho Federal de Educação tenha aprovado, em 8-3-72, o Parecer n.º 249/72, da Câmara de Ensino de 1.º e 2.º graus, que inclui a Arquivística como habilitação profissional de ensino de 2.º grau, fixando inclusive, currículo e carga horária dos cursos para formar Técnicos de Arquivo, lamentavelmente, até o presente nenhuma providência efetiva foi tomada para a implantação desses cursos em nosso sistema de ensino.

Cabe aqui reforçar o óbvio, alertando mais uma vez a tantos quantos, de uma forma ou de outra, se encontram envolvidos no sistema educacional, da importância e da urgência de se formar pessoal qualificado de nível médio para executar tarefas de arquivo, sejam eles públicos ou empresariais, sob o risco de mais uma vez assistirmos a uma inversão de valores, isto é, ver Arquivistas (nível superior) desempenhando funções de Técnicos de Arquivo (nível de 2.º grau).

Com referência à qualidade de ensino dos cursos superiores de Arquivologia, alguns pontos merecem séria reflexão.

O sistema de créditos, importado e introduzido no Brasil sem as devidas adaptações à nossa realidade, é exercido sem levar em conta a especificidade de cada curso. Assim, por exemplo, exige-se dos alunos de Arquivologia os mesmos conhecimentos de matemática necessários ao aluno de Engenharia, pelo simples fato de a Estatística e a Automação constarem do currículo do curso.

Por outro lado, há que se considerar a falta de objetividade por parte dos professores na adequação de seus programas às necessidades do futuro profissional, fazendo com que os alunos passem alguns anos de sua vida universitária absorvendo conhecimentos sem qualquer aplicação futura, em detrimento de informações indispensáveis ao exercício da profissão.

Como exemplo podemos mencionar o que ocorre em relação ao ensino de Contabilidade. Para o arquivista o que importa é saber quais são, qual a sua importância e o que significam os documentos contábeis, sendo totalmente irrelevante aprender como fazer lançamentos, balanços, etc.

Outro ponto digno de atenção mais cuidadosa e prioridade de providências diz respeito à melhoria do nível cultural dos arquivistas, que segundo entendemos, deve ser basicamente promovida pelas universidades, mediante a inclusão de disciplinas complementares ao currículo mínimo, bem como pelo enriquecimento do conteúdo programático de seus cursos. Para tanto, seria indispensável aumentar a duração dos cursos, de três para, no mínimo, quatro anos.

Tendo em vista o universo do trabalho arquivístico e, conseqüentemente, dos conhecimentos técnicos e de cultura geral, indispensáveis ao exercício da profissão, julgamos de fundamental importância que as universidades, cumprindo seu papel de abrir novos caminhos, promovam cursos de pós-graduação *lato sensu*, isto é, de atualização, aperfeiçoamento e especialização na área da Arquivologia e matérias afins, visando preparar Arquivistas altamente qualificados, deixando os cursos de mestrado e doutorado voltados principalmente para a formação de professores e pesquisadores.

Concluindo, creio que podemos resumir aqui os principais problemas detectados na formação dos profissionais de arquivo, e que estão a exigir providências imediatas das autoridades competentes:

a) inexistência, no ensino de 2.º grau, de cursos de técnico de arquivo como habilitação profissional;

b) inadequação do sistema de créditos às especificidades do curso superior de Arquivologia;

c) inadequação do conteúdo programático dos cursos superiores de

arquivo às reais necessidades do exercício profissional, por falta de informação do corpo docente;

d) displicência por parte das universidades quanto à melhoria do nível cultural dos arquivistas;

e) carga horária insuficiente à formação de bons profissionais;

f) inexistência de cursos de pós-graduação, sejam eles de atualização, aperfeiçoamento e especialização, ou de mestrado e doutorado.

Finalizando, não poderíamos deixar de registrar o papel excepcional que a Associação dos Arquivistas Brasileiros vem desenvolvendo

do no cenário nacional, desde sua criação em 1971, em tudo o que diz respeito não só à profissão como à valorização do trabalho de arquivo.

Destaca-se sua participação na criação do curso superior de Arquivologia, a iniciativa da regulamentação da profissão, a realização de congressos e cursos, o debate e a colaboração permanente no sentido de aperfeiçoar o ensino da Arquivologia no Brasil, a divulgação de estudos e artigos técnicos em sua revista especializada *Arquivo & Administração*.

Entendemos que, somente usando as armas da educação e do ensino para formar profissionais competentes, poderemos realmente salvar a memória nacional como um todo, ordenando a documentação do passado, preparando a do presente e planejando a do futuro.

Tudo o mais são palavras e vaidades!

Abstract

A critical analysis of Archivology teaching in Brazil at 2nd and third degrees, schools.

A MEMÓRIA ATUANTE: INSTRUMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Rose Marie Inojosa*

Resumo

Análise e tratamento da problemática arquivística como meio de comunicação, com ênfase para o papel dos arquivos municipais no contexto da comunidade em que se inserem. O exemplo do Arquivo Municipal de São Paulo. O direito de acesso do cidadão aos documentos públicos.

"Até agora repousávamos tranquilamente na noção do tempo regida pelo império do passado. Todo o esforço de memória e a própria palavra memória remetiam irremediavelmente para um acervo, ou um armazém de coisas placidamente colecionadas. Agora, se nos permitirem, vamos até desejar e imaginar uma memória do futuro."¹

* Arquivista do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (SP) e Mestre em Comunicação pela USP.

¹ Trecho do discurso pronunciado por Eduardo Portella quando Ministro da Educação e Cultura, na posse de Aloysio Magalhães na presidência da Fundação Nacional Pró-Memória (8).

Essa manifestação de Eduardo Portella, quando Ministro da Educação e Cultura, refletiu o início da conscientização dos organismos responsáveis pelo patrimônio cultural da comunidade no que se refere ao conceito da relatividade do tempo. Anteriormente só recebiam alguma atenção os vestígios de períodos históricos bastante afastados da atualidade e nem se cogitava da memória futura.

Parece-nos que essa consciência, finalmente alcançada, torna oportuna a análise e o tratamento da problemática arquivística como meio de comunicação, na medida em que os arquivos, parte da memória cultural, deixam de ser considerados apenas como "templos do passado".²

A comunicação é um processo. Um processo contínuo, que não se esgota numa fase histórica, antes

constitui a própria base do fazer cultural, moldando o entrelaçamento das experiências de uma comunidade durante o que se convencionou chamar passado, presente e futuro.

"Assim, na sociedade o processo de comunicação teria como funções: a atuação sobre o meio (ambiente), no sentido de preservar os valores e a posição da comunidade, bem como as posições relativas das partes que a compõem; a correlação entre os componentes da sociedade; a transmissão da herança social, é também uma função reformuladora desses valores e alteradora das posições e papéis na sociedade" (2).

Quando uma comunidade cria e/ou utiliza um código (uma linguagem) comum entre seus membros, como o alfabético, por exemplo, ela o está utilizando como um canal para o seu processo de comunicação. O documento é o registro da aplicação de um código, sobre um material-suporte, registro que pode ser escrito, iconográ-

² José Honório Rodrigues conta que ao assumir a direção do Arquivo Nacional, lá encontrou uma placa com os dizeres: "Esse é o Templo do Passado: silêncio e meditação".